

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Diretoria Executiva da Reitoria
Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares - CPPAD

Manual Prático

de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares

Modelos de Documentos

Todos os atos praticados pelas comissões processantes devem ser reduzidos a termo, ou seja, devem se constituir em documentos escritos e serem anexados ao processo respeitando a ordem cronológica de suas origens.

Esses documentos são atas, intimações, notificações, memorandos, relatórios, etc., que devem conter certa padronização. Portanto, para facilitar os trabalhos das comissões e se aproximar ao máximo dessa padronização, seguem modelos que vão desde o recebimento da denúncia pela autoridade instauradora, até o resultado final do trabalho, com o despacho final da autoridade julgadora.

As partes dos textos que se encontram em cor vermelha são exemplificativas e devem ser substituídas de acordo com cada situação específica. Os textos em cor preta podem ser mantidos, pois são sugestões oferecidas.

Não há impedimento para que as comissões produzam seus próprios textos, desde que isso ocorra somente em relação às formas, pois, em sua maioria, os dados dos textos em cor preta trazem exigências legais, daí recomendar-se que sigam as sugestões aqui oferecidas.

**MODELO
01**

REGISTRO DE OCORRÊNCIA DA DENÚNCIA



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



REGISTRO DE OCORRÊNCIA DISCIPLINAR

Em caso de denúncia verbal:

Aos 00 dias do mês de mmmmm, do ano de 2999, às 00 h, na sala xxx, do Instituto bbb, na presença da testemunha/Fulana de Tal/ou anônima recebi a seguinte denúncia feita pelo(a) senhor(a)/servidor(a) Fulano de Tal:

RESUMO DO FATO: Relatou o denunciante que.....

De acordo com o art. 143 da Lei nº 8.112/90, registre-se e autue-se para a devida apuração.

Em caso de denúncia escrita:

Aos 00 dias do mês de mmmmm, do ano de 2999, às 00 h, na sala xxx, do Instituto/Faculdade bbb, recebi a denúncia feita mediante carta em anexo.

De acordo com o art. 143 da Lei nº 8.112/90, registre-se e autue-se para a devida apuração.

Fulano/a de Tal
Diretor/a/Pró-Reitor/a

**MODELO
02**

**DESPACHO DA AUTORIDADE CONHECEDORA DA
DENÚNCIA, SOLICITANDO DILIGÊNCIAS PRÉVIAS PARA
FORMAR JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



Número do Processo: (o número que recebeu no SIE)
Origem: (unidade universitária ou órgão externo onde se originou)
Interessado: (o denunciante ou a própria administração pública)
Assunto: (Apuração de furto/roubo/agressão/dano/falsificação/plágio/acúmulo ilegal de cargo/inassiduidade habitual, abandono de cargo/ etc.)
Data deste Despacho: 00/00/0000

Ao/A Diretor/a, Coordenador/a, Chefe, Pró-Reitor/a, Prefeito, etc.

A fim de instruir os presentes autos relativamente à apuração da **denúncia/representação** em epígrafe, solicito a V.Sa. **informar/encaminhar cópia de/esclarecer/devolver/entregar, etc...**

Certo da atenção de V.Sa.

Atenciosamente

Fulano/a de Tal
Diretor/a/Pró-Reitor/a

Obs: A finalidade deste ato, quando cabível, é de buscar todas as informações (documentais ou não) junto aos setores da instituição, a fim de melhor instruir preliminarmente o procedimento apuratório.

**MODELO
03**

**DESPACHO DA AUTORIDADE INSTAURADORA, SOLICITANDO À
COORDENAÇÃO DA CPPAD PARECER SOBRE A
ADMISSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



Número do Processo: (o número que recebeu no SIE)
Origem: (unidade universitária ou órgão externo onde se originou)
Interessado: (o denunciante ou a própria administração pública)
Assunto: (Apuração de furto/roubo/agressão/dano/falsificação/plágio/acúmulo ilegal de cargo/inassiduidade habitual, abandono de cargo/ etc.)
Data deste Despacho: 00/00/0000

Senhor Coordenador,

Com fundamento nos incisos III e IV do art. 5º da Resolução nº 010/2011-CONSAD, solicito a V.Sa., manifestação sobre a viabilidade jurídica da instauração de procedimento disciplinar no caso da denúncia objeto do presente processo.

Por oportuno, solicito ainda informar qual o procedimento a ser adotado, se Sindicância ou Processo Administrativo e, no último caso, se em rito sumário ou ordinário.

É a solicitação.

Fulano/a de Tal
Diretor/a/Pró-Reitor/a

Obs: Este despacho só é cabível caso a autoridade que recebeu a denúncia tenha dúvidas quanto à admissibilidade de instauração de procedimento disciplinar, ou ainda, mesmo com a certeza de que deve instaurar, qual o tipo de procedimento e seu rito. Além dessa dúvida, a Resolução acima citada permite a essa autoridade peticionar ao Coordenador da CPPAD para dirimir quaisquer outras dúvidas relativas ao processo e em qualquer fase do feito.

**MODELO
04**

**DESPACHO DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E SOLICITAÇÃO À
CPPAD DE INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



Número do Processo: (o número que recebeu no SIE)
Origem: (unidade universitária- ou órgãos externos -onde se originou)
Interessado: (o denunciante ou a própria administração pública)
Assunto: (Apuração de furto/roubo/agressão/dano/falsificação/plágio/acúmulo ilegal de cargo/inassiduidade habitual, abandono de cargo/ etc.)
Data deste Despacho: 00/00/0000

Trata-se o presente, do resultado do Registro de Ocorrência Disciplinar, para apurar denúncias de possível **relatar o possível ilícito e autoria.**

Os autos chegam instruídos relativamente aos aspectos legais e informam que a servidor/a **fulano/a de tal cometeu/praticou/se omitiu... relatar sinteticamente os fatos.**

Frente ao exposto e com fulcro no inciso III do art. 5º da Resolução nº 010/2011/CONSAD, opinamos pela admissibilidade da instauração de **sindicância/processo administrativo** para a apuração requerida na inteligência do art. 143 da Lei nº 8.112/90.

Na forma do inciso II do art. 5º da Resolução nº010/2011/CONSAD solicito a V.Sa. a indicação de **três/dois** servidores (**três no caso de rito ordinário e dois no caso de rito sumário**), para compor a Comissão de (**Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar**).

Atenciosamente

Fulano/a de Tal
Diretor/a/Pró-Reitor/a

**MODELO
05**

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA, COM
DESIGNAÇÃO DE MEMBROS**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



P O R T A R I A N º 000 / 0000

O DIRETOR/PRÓ-REITOR/REITOR DA FACULDADE/INSTITUTO/PRÓ-REITORIA/ÓRGÃO SUPLEMENTAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, especialmente o disposto no art. 124 do Regimento Geral da Universidade Federal do Amazonas, e **(se a autoridade for Diretor de Órgão Suplementar ou Pró-Reitor o dispositivo que fundamenta será o art.125 c/c Portaria nº 2.275/2012-GR)**

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 0000.00000/0000;

CONSIDERANDO a indicação da Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares, feita na forma dos artigos 5º, inciso II, 9º e 10 da Resolução nº 010/2011 - CONSAD;

CONSIDERANDO o disposto no **caput** do artigo 143, da Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990,

R E S O L V E:

I – I N S T A U R A R PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar, no âmbito da/o unidade onde ocorreu o fato, as denúncias de **narrar sinteticamente o fato** naquelas dependências, atribuídas ao/a servidor/a de Matrícula SIAPE: 000000, e demais fatos conexos, constantes no Processo nº 0000.000000/0000.

II – D E S I G N A R os seguintes membros para compor a Comissão incumbida de conduzir o referido processo, com prazo de 30 (trinta) dias para concluir os respectivos trabalhos:

Presidente:

FULANO DE TAL (docente/administrativo/unidade)
Matrícula SIAPE nº 000000

Membro:

FULANO DE TAL (docente/administrativo/unidade)
Matrícula SIAPE nº 000000

Membro:

FULANO DE TAL (docente/administrativo/unidade)
Matrícula SIAPE nº 000000

Dê-se ciência e cumpra-se.

DIRETOR/PRÓ-REITOR/REITOR DA FACULDADE/INSTITUTO/PRÓ-REITORIA/ÓRGÃO SUPLEMENTAR, em Manaus, 22 de novembro de 2012.

NOME DA AUTORIDADE
Cargo

**MODELO
06**

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR EM RITO ORDINÁRIO, COM DESIGNAÇÃO DE
MEMBROS**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



P O R T A R I A N º 000 / 0000

O DIRETOR/PRÓ-REITOR/REITOR DA FACULDADE/INSTITUTO/PRÓ-REITORIA/ÓRGÃO SUPLEMENTAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, especialmente o disposto no art. 124 do Regimento Geral da Universidade Federal do Amazonas, se for portaria do Reitor e se a autoridade for Diretor de Órgão Suplementar ou Pró-Reitor o dispositivo que fundamenta será o art.125 c/c Portaria nº 2.275/2012-GR.

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 0000.00000/0000;

CONSIDERANDO a indicação da Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares, feita na forma dos artigos 5º, inciso II, 9º e 10 da Resolução nº 010/2011 - CONSAD;

CONSIDERANDO o disposto no *caput* do artigo 143, da Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990,

R E S O L V E:

I – I N S T A U R A R PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar, no âmbito da unidade onde ocorreu o fato, as denúncias de **narrar sinteticamente o fato** naquelas dependências, atribuídas ao/a servidor/a de Matrícula SIAPE: 000000 e demais fatos conexos, constantes no Processo nº 0000.00000/0000.

II – D E S I G N A R os seguintes membros para compor a Comissão incumbida de conduzir o referido processo, com prazo de 60 (sessenta) dias para concluir os respectivos trabalhos:

Presidente:

FULANO DE TAL (docente/administrativo/unidade)
Matrícula SIAPE nº 000000

Membro:

FULANO DE TAL (docente/administrativo/unidade)
Matrícula SIAPE nº 000000

FULANO DE TAL (docente/administrativo/unidade)
Matrícula SIAPE nº 000000

Dê-se ciência e cumpra-se.

DIRETOR/PRÓ-REITOR/REITOR DA FACULDADE/INSTITUTO/PRÓ-REITORIA/ÓRGÃO SUPLEMENTAR, em Manaus, 22 de novembro de 2012.

NOME DA AUTORIDADE
Cargo

**MODELO
07**

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR EM RITO SUMÁRIO, COM DESIGNAÇÃO DE MEMBROS**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



P O R T A R I A N º 000 / 0000

O DIRETOR/PRÓ-REITOR/REITOR DA FACULDADE/INSTITUTO/PRÓ-REITORIA/ÓRGÃO SUPLEMENTAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, especialmente o disposto no art. 124 do Regimento Geral da Universidade Federal do Amazonas, se a portaria for de competência do Reitor (se a autoridade for Diretor de Órgão Suplementar ou Pró-Reitor o dispositivo que fundamenta será o art. 125 c/c Portaria nº 2.275/2012-GR)

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 0000.00000/0000;

CONSIDERANDO a indicação da Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares, feita na forma dos artigos 5º, inciso II, 9º e 10 da Resolução nº 010/2011 - CONSAD;

CONSIDERANDO o disposto no *caput* do art. 143 c/c o art. 133 da Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990,

R E S O L V E:

I – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR no âmbito da/o (Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria) para apurar os indícios de (se for acumulação ilegal de cargo, emprego ou função pública, nomear o outro órgão ou entidade de vinculação ilegal. Se for abandono de cargo, indicar com precisão o período de ausência intencional do servidor acusado. Se for inassiduidade habitual, indicar os dias de falta ao serviço), bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer da apuração, que recaem sobre o servidor **FULANO DE TAL, Matrícula SIAPE: 00000**), conforme os autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 0000.0000/2222,

II – DESIGNAR os seguintes membros para compor a Comissão incumbida de conduzir o processo no prazo de 60 (sessenta) dias:

FULANO DE TAL (docente/técnico Adm./UNIDADE/SIAPE: 000000)
BELTRANO DE TAL (docente/técnico Adm./UNIDADE/SIAPE: 000000)

III – DETERMINAR que a Comissão adote o procedimento sumário previsto no art. 133 c/c 140 ambos da Lei nº 8.112/90.

Dê-se ciência e cumpra-se.

DIRETOR/PRÓ-REITOR/REITOR DA FACULDADE/INSTITUTO/PRÓ-REITORIA/ÓRGÃO SUPLEMENTAR, em Manaus, 22 de novembro de 2012.

NOME DA AUTORIDADE
Cargo

**MODELO
08**

**MEMORANDO SOLICITANDO PUBLICAÇÃO DE PORTARIA DE
INSTAURAÇÃO NO BOLETIM INTERNO DA UFAM**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



UFAM

Memo. Nº 000/ 0000 - XXXXX / UFAM

Manaus, 00 de XXXXXX de 0000.

DA: Comissão de **Sindicância/processo administrativo disciplinar** instituída pela Portaria nº0000/00

PARA: Diretora Executiva

Assunto: Solicitação de publicação de Portaria de instauração de **PAD/Sindicância**

Senhora Diretora,

Com fulcro no art. 152 da Lei nº 8.112/90, solicita a atenção de Vossa Senhoria para que faça publicar no Boletim Interno desta IFES, a Portaria nº 000/00, que instaura o **processo administrativo disciplinar/sindicância**, conforme documento em anexo.

Atenciosamente,

FULANO DE TAL
Presidente da Comissão

**MODELO
09**

**PORTARIA DE AFASTAMENTO PREVENTIVO DE
SERVIDOR ACUSADO**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



PORTARIA Nº 000/2222

O DIRETOR/PRÓ-REITOR/REITOR DA FACULDADE/INSTITUTO/PRÓ-REITORIA/ÓRGÃO SUPLEMENTAR, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 147 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990,
CONSIDERANDO os indícios de influência do acusado na apuração das irregularidades contidas no Processo nº 0000.0000/0000, com a ameaças às testemunhas/coação a servidores/ocultação ou destruição de provas, etc..., conforme denúncias em documento anexo ou depoimentos, etc

RESOLVE:

DETERMINAR O AFASTAMENTO PREVENTIVO do/a Servidor/a **FULANO/S DE TAL**, Matrícula SIAPE: 00000, do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, como medida cautelar e a fim de que não venha a influir na apuração das irregularidades, (descrever em que consistiria a influência, ex: intimidando ou constringendo testemunhas, continuar a praticar infrações, etc), que lhe são atribuídas no processo supramencionado, do qual já foi citado para fins do exercício do direito de que trata o art. 156 da Lei nº 8.112/90.

Dê-se ciência e cumpra-se.

O DIRETOR/PRÓ-REITOR/REITOR DA FACULDADE/INSTITUTO/PRÓ-REITORIA/ÓRGÃO SUPLEMENTAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, em Manaus, 00 de 0000 de 0000.

NOME DA AUTORIDADE
Cargo

**MODELO
10**

**MEMORANDO DE COMUNICAÇÃO (A DIRIGENTE) DE
PARTICIPAÇÃO DE MEMBRO DE COMISSÃO**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



Memorando nº 0000 /CPAD/Sindicância. Portaria nº000/00

Manaus, 00, de mmmm de 0000.

Ao: (nome do Dirigente)
(função do Dirigente)

Do: Presidente da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância**

Na qualidade de Presidente da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/ Sindicância** designado pela Portaria supramencionada **do/a o diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar**, da Universidade Federal do Amazonas, publicada no Boletim Interno da UFAM no dia **00** de **mmmm** de **0000**, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 149 da Lei nº 8.112/1990, comunico a Vossa Senhoria que o servidor **FULANO DE TAL**, ocupante do cargo **TAL**, lotado no **departamento/unidade**, está sendo convocado para integrar-se à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar que será instalada no dia **00** de **mamama** de **0000** às **00** horas na **Sala....** para apurar os fatos constantes no Processo nº **0000/000000**.

Na oportunidade solicito providências de Vossa Senhoria no sentido de liberar o referido servidor nos dias e horários em que forem convocados, a fim de que possa participar das atividades desta Comissão conforme o constante no parágrafo 1º do artigo 152 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990.

.....
nome e assinatura do Presidente da Comissão

**MODELO
11**

**MEMORANDO DE CONVOCAÇÃO DOS MEMBROS DA
COMISSÃO**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



Memorando nº 0000 /CPAD/Sindicância. Portaria nº 000/00

Manaus, 00, de mmmm de 0000.

Ao: (nome do Dirigente)
(função do Dirigente)

Do: Presidente da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância**

Na qualidade de Presidente da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância** para apurar os fatos constantes no Processo nº 0000/200, designado pela Portaria supramencionada, **do/a o diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar**, da Universidade Federal do Amazonas, de 00 de **mamama** de 0000..., publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de **mama** de 0000, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 149 da Lei nº 8.112/1990, **CONVOCO** Vossa Senhoria para a reunião de instalação da referida Comissão a realizar-se no dia 00 de **mamam** de 0000 às 00 horas na Sala (**local onde funciona a comissão**).

nome e assinatura do Presidente da Comissão

MODELO 12

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância



ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR/SINDICÂNCIA** PARA APURAR OS FATOS CONSTANTES NO PROCESSO Nº **0000/0000**.

Aos 00 dias do mês de 00000 do ano de dois mil e 0000, às 0000 horas, na (indicar o endereço: rua, nº, andar, sala onde funcionará a Comissão) com a presença dos servidores XXXXXX, YYYYYYYYYY e ZZZZZZZZZZ respectivamente presidente e membros da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância** designada pela Portaria nº 0000, de 00 de 000000 de 0000, do/a diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar, da Universidade Federal do Amazonas, publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de mama de 0000, da Universidade Federal do Amazonas, procedeu-se a instalação da Comissão e tiveram início os trabalhos relacionados com a apuração dos fatos mencionados no processo acima referido, e deliberou-se preliminarmente: a) DESIGNAR como Secretário da referida Comissão o/a Sr/a. Zzzzzzzzz/ ou SE FOR O CASO, solicitar ao Diretor/a da Unidade xxxx a indicação de um servidor para atuar como secretária da comissão; b) se for o caso: DILIGENCIAR junto ao departamento de Pessoal para que encaminhe ficha de frequência, etc... c) ELABORAR calendário das oitivas (denunciante, testemunhas, peritos e do acusado). d) COMUNICAR à autoridade instauradora que foi instalada a comissão; e) NOTIFICAR o Sr/a servidor acusado, de que contra ele tramita o procedimento administrativo disciplinar de **sindicância/processo administrativo disciplinar** e encaminhar anexado à essa notificação do acusado, cópia integral do processo, bem como o calendário das oitivas. f) COMUNICAR ao Departamento de Pessoal da UFAM que tramita contra o servidor fulano de tal o procedimento tal; g) INTIMAR o Sr RRRRRRR (servidor denunciado), INTIMAR o Sr. BBBBBBBB (servidor denunciante, caso houver), e o Sr. CCCCCCCCC (testemunha relacionada, caso houver), para prestarem depoimentos e esclarecimentos necessários para apuração dos fatos relatados pelo referido Processo em tela, conforme calendário de depoimentos; e h) Marcar a próxima reunião para o dia 00 de 0000 de 0000, às 00 horas, na Sala da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância**, descrever o endereço e local exato, nada mais havendo a tratar, eu ZZZZZZ, na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelo Presidente e demais membros da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância**.

.....
Nome e assinatura do Presidente

.....
Nome e assinatura do Membro

**MODELO
13**

TERMO DE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância**



TERMO DE DESIGNAÇÃO DE SECRETÁRIO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, designada pela Portaria nº 0000, de 00 de 000000 de 0000, do/a diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar, da Universidade Federal do Amazonas, de 00 de mamama de 0000, publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de mama de 0000, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 149 da Lei nº 8.112/1990, **RESOLVE** designar o Servidor ZZZZZZZZ, ocupante do cargo cccccccccc, lotado wwwwwwww, para desempenhar as funções de Secretário da referida Comissão.

Manaus, 00 de 00000 de 0000.

.....
Nome e assinatura do Presidente da Comissão

**MODELO
14**

**MEMORANDO COMUNICAÇÃO A AUTORIDADE
INSTAURADORA, CPPAD E DEPARTAMENTO DE
PESSOAL**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância**



Memorando/Circular nº 0000 /CPAD/Sindicância

Manaus, 00, de mmmm de 0000.

À **Autoridade instauradora**
Ao Coordenador da CPPAD
Ao Departamento de Pessoal

Do: Presidente da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância**

Na qualidade de Presidente da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância** designada pela Portaria nº 0000, de 00 de 000000 de 0000, do/a diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar, da Universidade Federal do Amazonas, de 00 de mamama de 0000, publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de mama de 0000, no uso das atribuições que me são conferidas e tendo em vista o disposto no art. 149 da Lei nº 8.112/1990, comunico a Vossa **Magnificência/Senhoria** que no dia 00 de 0000 de 0000, esta Comissão instalou-se e deu início aos seus trabalhos, conforme consta na respectiva Ata de instalação, cópia em anexo. **(enviar cópia da ata)**

.....
Nome do Presidente da Comissão

OBS: Deve ser feito um memorando/circular para cada autoridade

**MODELO
15**

**MEMORANDO AO DEPARTAMENTO DE PESSOAL
SOLICITANDO A FICHA FUNCIONAL DO ACUSADO**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância**



Memorando nº 0000 /CPAD/Sindicância

Manaus, 00, de mmmm de 0000.

Ao Departamento de Pessoal

Do: Presidente da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância**

Na qualidade de Presidente da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância** designada pela Portaria nº 0000, de 00 de 000000 de 0000, do/a diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar, da Universidade Federal do Amazonas, de 00 de mamama de 0000, publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de mama de 0000, da Universidade Federal do Amazonas, para apurar os fatos relacionados no Processo nº 0000/0000, oriundo do/a (unidade/origem), solicito a Vossa Senhoria que sejam remetidas a esta Comissão, cópia da ficha funcional do servidor **XXXXXXXX**. Peço ainda que informe a esta Comissão qualquer outro afastamento do referido servidor, período de férias designadas ou pedidos de licenças. Solicito finalmente que não seja concedido qualquer afastamento ao referido servidor, inclusive aposentadoria.

.....
Nome do Presidente da Comissão

**MODELO
16**

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO ACUSADO



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância**



NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

Processo nº 0000/0000

Ao Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX (nome completo e endereço)

Na qualidade de Presidente da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância** designada pela Portaria nº 0000, de 00 de 000000 de 0000, do/a **diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar**, da Universidade Federal do Amazonas, de 00 de **mamama** de 0000, publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de **mama** de 0000, para apurar os fatos relacionados no Processo nº 0000/0000, oriundo do **(unidade/origem)**, venho comunicar a Vossa Senhoria que a referida Comissão Processante foi instalada às 00 horas do dia 00 de 0000 de 0000 na sala **(local onde esta funcionando a comissão)**, localizada no/a **unidade**, da Universidade Federal do Amazonas.

Na oportunidade venho **NOTIFICÁ-LO** dos fatos constantes naquele processo, no qual Vossa Senhoria figura como acusada da denúncia ali constante, sendo-lhe facultado acompanhar, por si ou procurador legalmente constituído, todos os atos e diligências a serem praticados, nos termos do inciso LV, do art. 5º, da Constituição Federal.

Poderá Vossa Senhoria juntar provas e indicar elementos de prova de que dispuser. Aproveito ainda para intimá-lo a apresentar, no prazo de cinco (05) dias, conforme art. 24 da Lei nº 9.784/1999, o rol de testemunhas que deseje arrolar, com qualificação e endereço, que deporão para esclarecimentos dos fatos objeto de apuração.

Segue anexada cópia integral do processo em questão. Ainda assim, os autos estão a sua disposição, ou de seu procurador, na sala **(local onde esta funcionando a comissão)**, localizada no/a **unidade** da Universidade Federal do Amazonas, no horário de 00 hs às 00 hs para consulta no local.

Manaus, 00 de 0000 de 0000.

.....
(nome e assinatura do Presidente da Comissão)

OBS: DEVE, OBRIGATORIAMENTE, ser anexado a esta notificação, cópia integral dos autos do processo para assegurar a ampla defesa do acusado.

**MODELO
17**

**MEMORANDO COMUNICANDO A CHEFIA DO SERVIDOR
INTIMADO, PARA DEPOR**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância**



Memorando nº 0000 /CPAD/Sindicância

Manaus, 00, de mmmm de 0000.

Ao: (nome do Dirigente) (função do Dirigente)

Do: Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Na qualidade de Presidente da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância** designada pela Portaria nº 0000, de 00 de 000000 de 0000, do/a **diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar**, da Universidade Federal do Amazonas, de **00 de mamama de 0000**, publicada no Boletim Interno da UFAM, em **00 de mama de 0000**, e tendo em vista o disposto no parágrafo único, do art. 157, da Lei nº 8.112/1990, comunico a V. Sa. que, de acordo com o *caput* do referido artigo, o servidor **XXXXXXX (nome, cargo e matrícula SIAPE)**, lotado e em exercício nessa **(indicar da unidade acadêmica/administrativa)**, foi intimado para depor perante esta Comissão, que se encontra instalada na **(indicar o endereço da sala onde funciona a Comissão)**, às 00 horas do dia 000 de 00000 de 0000.

Frente ao exposto, solicito a Vossa Senhoria providências que assegurem o comparecimento do referido servidor no dia e hora marcados.

Atenciosamente,

.....
nome e assinatura do Presidente da Comissão

**MODELO
18**

**INTIMAÇÃO DE SERVIDOR PARA DEPOR
(testemunha ou acusado)**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância**



INTIMAÇÃO

Ao: **(nome do servidor)**
Ocupante do cargo de, Matrícula SIAPE nº, lotado na

Do: Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Na qualidade de Presidente da Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância** designada pela Portaria nº 0000, de 00 de 000000 de 0000, do/a diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão **suplementar**, da Universidade Federal do Amazonas, de 00 de **mamama** de 0000, e publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de **mama** de 0000, relativa ao processo nº 00000 oriundo da **(unidade/origem)** da UFAM, venho **INTIMÁ-LO** para que compareça a sala **(indicar o endereço da sala onde funciona a Comissão)**, às 00 horas do dia 00 de 00000 de 0000, a fim de ser ouvido a respeito dos fatos em apuração no Processo nº....., na qualidade de **acusado/testemunha**.

Atenciosamente,

Manaus, 00, de mmmm de 0000.

.....
nome e assinatura do Presidente da Comissão

MODELO 19

TERMO DE INTERROGATÓRIO DE TESTEMUNHA



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância Nº 0000/00



TERMO DE DEPOIMENTO TESTEMUNHAL

Aos 00 dias do mês de 00000 do ano de 0000, às 0000 horas, na (indicar o endereço: rua, nº, andar, sala onde funcionará a Comissão) com a presença dos/as servidores/as XXXXXX, YYYYYYYYYY e ZZZZZZZZZZ respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância designada pela Portaria nº 0000, de 00 de 000000 de 0000, do/a diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar, da Universidade Federal do Amazonas, de 00 de mamama de 0000..., publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de mama de 0000, e do Dr. (nome do advogado se comparecer), inscrição na OAB nº 00000, advogado do acusado no referido processo disciplinar, compareceu o/a Sr/a. XXXXXXXXXXXX (nome, cargo e matrícula do acusado), (naturalidade), (estado civil), filho/a de (nome do pai e da mãe), residente e domiciliado/a (endereço), a testemunha Sr/a. XXXXXXXXXXXX (nome, cargo e matrícula da testemunha), (naturalidade), (estado civil), filho de (nome do pai e da mãe), residente e domiciliado à (endereço), a fim de prestar depoimento como testemunha, sobre os atos e fatos que constam do processo administrativo disciplinar de nº 0000/00. Advertida do crime de falso testemunho e instada a falar somente a verdade disse (sim ou não). Perguntada se é parente, amigo pessoal ou inimigo do acusado disse (sim ou não nada). A seguir, o/a Presidente perguntou (indicar o conteúdo das perguntas), ao que respondeu: QUE/ou absteve-se de responder especificar as respostas. Perguntado pelo/a Sr/a. Vogal (nome do vogal e indicar o conteúdo da pergunta), respondeu que (indicar a resposta ou se absteve de responder). Ao final de todas as perguntas do Presidente e dos Vogais foi aberta a oportunidade de perguntas a serem feitas pelo defensor do acusado, que, mediante o Presidente, indagou: (indicar o conteúdo da pergunta), ao que o acusado respondeu: QUE xxxxxxxx. Encerradas as perguntas, foi franqueada a palavra à testemunha para, caso desejasse, acrescentar mais alguma coisa que se relacionasse com o assunto objeto do processo, ao que respondeu que (registrar o que acrescentou ou que disse não ter mais nada a acrescentar ou esclarecer). A seguir foi feita a leitura do presente termo para que a testemunha, se desejasse, indicasse as retificações de forma que entendesse necessárias, de modo a registrar expressamente a espontaneidade de suas declarações, que foram prestadas sem nenhuma forma de coação, ao que disse não ter retificações a fazer, por estar de inteiro acordo com o seu teor. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que, na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado. **TODOS ASSINAM A ATA.**

**MODELO
20**

TERMO DE INTERROGATÓRIO DO ACUSADO



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância**



TERMO DE INTERROGATÓRIO DO ACUSADO

Aos 00 dias do mês de 00000 do ano de dois mil e 0000, às 0000 horas, na (indicar o endereço: rua, nº, andar, sala onde funcionará a Comissão) com a presença dos servidores XXXXXX, YYYYYYYYYY e ZZZZZZZZZZZZ respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância designada pela Portaria nº 0000, de 00 de 000000 de 0000, do/a diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar, da Universidade Federal do Amazonas, de 00 de mamama de 0000..., publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de mama de 0000, da Universidade Federal do Amazonas, e do Dr/a. (nome do advogado), inscrição na OAB nº 00000, advogado do acusado, compareceu o Sr. XXXXXXXXXXXX (nome, cargo e matrícula do acusado), (naturalidade), (estado civil), filho de (nome do pai e da mãe), residente e domiciliado à (endereço) a fim de ser interrogado sobre os atos e fatos que lhe são atribuídos no presente processo administrativo disciplinar de nº 0000 do qual foi regularmente citado/a, conforme documento de fls. XX. Aos costumes disse (que é parente, amigo, inimigo, etc. de testemunhas, depoentes, integrantes da Comissão, etc. ou não disse nada). O Sr. Presidente informou ao acusado que não está obrigado a responder às perguntas formuladas e que seu silêncio por si só não que lhe é prejudicial. A seguir, o Sr. Presidente perguntou ao acusado (indicar o conteúdo da pergunta), ao que respondeu: QUE (indicar a resposta ou se absteve de responder). Perguntado pelo Sr. Vogal (nome do vogal e indicar o conteúdo da pergunta) respondeu que (indicar a resposta ou se absteve de responder). Encerradas as perguntas, foi franqueada a palavra ao acusado para, caso desejasse, acrescentar mais alguma coisa que se relacionasse com o assunto objeto do processo, ao que respondeu que (registrar o que acrescentou ou que disse não ter mais nada a acrescentar ou esclarecer). A seguir foi feita a leitura do presente termo para que o acusado, se desejasse, indicasse as retificações de forma que entendesse necessárias, de modo a registrar expressamente a espontaneidade de suas declarações, que foram prestadas sem nenhuma forma de coação, ao que disse não ter retificações a fazer, por estar de inteiro acordo com o seu teor (ou formulou as correções de forma). Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que, na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado. **TODOS ASSINAM A ATA**

**MODELO
21**

TERMO DE INDICAÇÃO



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância**



TERMO DE INDICAÇÃO

A Comissão de **PAD** ou **sindicância** designada pela Portaria nº 00000, de 00 de mmmm de 2XXX, publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00/00/0000, (se for o caso: prorrogada pela Portaria nº __, de __/__/__, publicada no Boletim Interno da UFAM em __/__/__), tendo ultimado a coleta de provas, em que sempre assegurou o direito à ampla defesa e ao contraditório, decide, para o fim previsto no art. 161 da Lei nº 8.112/90, enquadrar a infração disciplinar e **INDICIAR** o servidor **FULANO DE TAL-ACUSADO**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Após a oitiva válida de 00 testemunhas, reduzidas a termos às as folhas 00, 00 e 00, a realização das diligências constantes das folhas 00 (perícia etc., se for o caso), o interrogatório do acusado às folhas 00 e a juntada dos respectivos documentos aos autos, ao servidor **FULANO DE TAL**, matrícula SIAPE 000, lotado na Universidade Federal do Amazonas, no/a (indicar a unidade), é atribuída a responsabilidade pela prática das irregularidades que se seguem.

1. (descrever O FATO COMETIDO PELO ACUSADO)

Por essa razão configurou-se o cometimento da infração de (enquadrar no tipo de infração previsto em um dos arts. 116, 117 ou 118 da lei 8.112/90)

2. (descrever OUTRO FATO COMETIDO PELO ACUSADO, SE HOVER)

Por essa razão, como conduta independente, configurou-se também o cometimento da infração de (enquadrar no tipo de infração previsto em um dos arts. 116, 117 ou 118 da lei nº 8.112/90)

Tendo sido, assim, coletados os dados suficientes para que a Comissão formasse sua convicção preliminar sobre os fatos em apuração, acham-se os autos em condições de obter vista do indiciado, que deverá ser imediatamente **CITADO** para apresentar defesa, na forma do art. 161 da Lei nº 8.112/90.

Manaus, ___ de ___ de ___

Nome completo
Presidente

Nome completo
Vogal

Nome completo
Vogal/Secretário

**MODELO
22**

**TERMO DE CITAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE
DEFESA ESCRITA**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância**



CITAÇÃO

Ilmo. Sr. (nome do acusado)
(endereço completo)
(Cidade/Estado)

De acordo com o disposto no art. 161, da Lei nº 8.112/90, e tendo em vista o que consta do **processo administrativo disciplinar/sindicância nº 00000** que Vossa Senhoria responde nesta instituição, conduzido pela Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância**, designada pela Portaria nº **0000**, de **00 de 000000 de 0000**, do/a **diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar**, da Universidade Federal do Amazonas, publicada no Boletim Interno da UFAM, em **00 de mama de 0000**, fica Vossa Senhoria **CITADO** para, no prazo de **10 (dez) ou 20* (vinte)** dias, apresentar defesa escrita no referido processo, conforme as acusações que lhe recaem mediante o Termo de Indiciamento anexo a esta citação, para o que lhe será dado vista dos respectivos autos na **(endereço de onde está instalada a comissão)**, nos dias úteis, das 8h. às 12h. e das 14h. às 18h. **(é obrigatório o envio de cópia do termo de indiciamento junto com esta citação)**

Manaus, **00 de 00000000 de 0000**.

.....
(nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Recebi em / /

.....
Assinatura do Servidor citado

*Obs.: Havendo dois ou mais indiciados, prazo será comum e de 20 (vinte) dias – Fundamento Legal – art. 161, § 2º da Lei nº 8.112/1990.

**MODELO
23**

**RELATÓRIO FINAL E CONCLUSIVO
(sem indiciamento)**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância**



RELATÓRIO FINAL

Ref. Processo nº 000/0000.

Ao: **Autoridade instauradora**

Da: Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância** – Portaria nº 0000/0000.

Magnífico Reitor/Senhor Diretor,

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº 0000/0000, de 00 de 0000 de 0000 do/a **diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar**, da Universidade Federal do Amazonas, publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de **mama de 0000**, para apurar os fatos relacionados no processo em epígrafe, oriundo do **(unidade de origem)**, vem apresentar a **Vossa Magnificência/Senhoria**, o Relatório Conclusivo de seus trabalhos.

1 – Dos Fatos (resumo dos fatos: **instauração, procedimentos, instrução probatória- diligências, oitivas, etc**)

Do que foi apurado por esta Comissão, verifica-se:

I) que **(relatar, com precisão e sem comentários, os acontecimentos)**;

II) que **(idem)**;

2. Do Não Indiciamento

De todo o exame probatório restou claro a esta Comissão que o acusado não tem responsabilidade sobre o fato em razão de – **falta ou insuficiência de provas quanto autoria, perda de objeto, etc....** Por essas razões esta Comissão conclui pelo não indiciamento do acusado, recomendando a **Vossa... o respectivo arquivamento do feito, na forma do art. 167, § 4º da Lei nº 8.112/90.**

Este é o relatório.

Manaus 00 de 000000 de 0000

.....
(nome e assinatura do Presidente)
(nome e assinatura do Vogal)
(nome e assinatura do Vogal)

(nome e assinatura do Secretário)

OBS: Em nenhuma hipótese o relatório final deixará de ser **conclusivo** em relação à culpabilidade ou absolvição do indiciado.

**MODELO
24**

**RELATÓRIO FINAL E CONCLUSIVO
(com indiciamento)**

RELATÓRIO FINAL

Ref. Processo nº 000/0000.

Ao: **Autoridade instauradora**

Da: Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância** – Portaria nº 0000/0000.

Magnífico Reitor/Senhor Diretor,

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº 0000/0000, de 00 de 0000 de 0000 do/a diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar, da Universidade Federal do Amazonas, publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de mama de 0000, para apurar os fatos relacionados no processo em epígrafe, oriundo do (unidade de origem), vem apresentar a **Vossa Magnificência/Senhoria**, o Relatório Conclusivo de seus trabalhos.

1 – Dos Fatos (resumo dos fatos: instauração, procedimentos, instrução probatória- diligências, oitivas, etc)

Do que foi apurado por esta Comissão, verifica-se:

I) que (relatar, com precisão e sem comentários, os acontecimentos);

II) que (idem);

3. Da Defesa do/s indiciado/s

Das defesas acostadas nos autos, cumpre fazer os seguintes comentários, para efeito, principalmente, de confrontá-las com o que se contém no capítulo anterior, tal como se vê abaixo:

I) servidor (nome do indiciado e comentários sobre o mérito da defesa dizendo se modifica ou mantém a acusação).

II) servidor (idem, se houver mais de um indiciado).

3 - Responsabilidades

De todo o exposto, somos de opinião:

I - quanto ao acusado (nome, cargo e matrícula do indiciado):

a) que (tecer os comentários cabíveis precisando a culpa).

b) que (idem);

c) que (idem);

II – Se houver mais de um acusado repetir

4 - Conclusões

Definida a situação do/s acusado/s, concluímos:

- a) que (nome, cargo e matrícula do indiciado) infringiu o inciso xxx do art. Xxxxx da Lei nº 8.112/90, sendo recomendada a sanção de NNNNNNN, conforme disposto no art..... da Lei nº 8.112/90.
- b) repetir para outros acusados se houver.

Este é o relatório.

Manaus 00 de 000000 de 0000

.....

(nome e assinatura do Presidente)

.....

. (nome e assinatura do Vogal)

.....

(nome e assinatura do Vogal)

.....

(nome e assinatura do Secretário)

OBS: Em nenhuma hipótese o relatório final deixará de ser **conclusivo** em relação à culpabilidade ou absolvição do indiciado.

**MODELO
25**

TERMO DE ENCERRAMENTO



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Comissão de Processo Administrativo
Disciplinar/Sindicância**



**TERMO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO E ENCAMINHAMENTO À
AUTORIDADE INSTAURADORA**

Aos 00 dias do mês de 0000 do ano de dois mil e 0000, às 0000 horas, na (indicar o endereço: rua, nº, andar, sala onde funcionará a Comissão) com a presença XXXXXX, YYYYYYYYYY e ZZZZZZZZZZZ respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância designada pela Portaria nº 0000, de 00 de 000000 de 0000, do/a diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar, da Universidade Federal do Amazonas, publicada no Boletim Interno da UFAM, em 00 de mama de 0000/UFAM, encerro o presente Processo nº 0000/0000, cujas folhas foram devidamente numeradas e rubricadas, com numeração de nº 01 (um) a de nº 00000 (extenso), que corresponde a este termo. Além dos anexos, Processo nº 0000/000 Se houver, contendo xxxx (extenso) folhas, que foram numeradas e rubricadas.

Presidente da Comissão

Obs: O presente Processo deve ser remetido à autoridade instauradora.

**MODELO
26**

**TERMO DE JULGAMENTO DO PROCESSO
ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



JULGAMENTO

Vistos e examinados os autos do presente processo administrativo disciplinar, com o Relatório Final da Comissão Processante, que instaurei mediante a Portaria nº bbbb, de 00/00/00, (ou instaurado pela autoridade tal mediante a portaria tal, de nn/nn/nn) para apurar as irregularidades atribuídas a (nome, cargo e matrícula dos servidores), verifiquei:

I - quanto a (nome, cargo e matrícula do acusado):

a) que (apreciar circunstanciadamente os fatos e o exame da comissão);

b) que (idem);

II – Repetir se houver mais de um acusado

OPÇÃO 1 (CASO DE ACOLHIMENTO INTEGRAL DO RELATÓRIO DA COMISSÃO):

Isto posto, com fulcro no art. 168 c/c o art. 128, ambos da lei nº 8.112/90:

Acolho o Relatório Final da Douta Comissão Processante e julgo:

a) (nome, cargo e matrícula do acusado), incurso no art. xxx, da Lei nº 8.112/90, aplicando-lhe a penalidade de.....(ou absolvido de todas as acusações e determino o arquivamento do feito, com base no art. 167, § 4º da Lei nº 8.112/90).

b) repetir se houver mais de um acusado;

OPÇÃO 2: (CASO DE ACOLHIMENTO PARCIAL DO RELATÓRIO DA COMISSÃO):

Verifiquei que o Relatório Final da Douta Comissão Processante se afigura incongruente com as provas dos autos, nos seguintes pontos:

1. Relatar as incongruências... (esse relato deve ser bem fundamentado porque garantirá os motivos da decisão diferente daquela sugerida pela Comissão).
2. Relatar a incongruência...

Assim, com fulcro no parágrafo único do art. 168, e em razão das incongruências acima mencionadas, decido (por absolver o acusado, das imputações que lhe recaem, e determino o arquivamento do feito. **OU:** deixo de aplicar a sanção sugerida pela Douta Comissão processante e aplico as penas de (mais brando ou mais grave).

OPÇÃO 3: (CASO DE ANULAÇÃO TOTAL OU PARCIAL EM RAZÃO DE VÍCIO INSANÁVEL NO PROCESSO)

Com fulcro no art. 169 da Lei nº 8.112/90 e verificada a ocorrência de vício insanável, **DECLARO** a nulidade (total ou parcial) do processo, e determino que a CPPAD adote as providências para a constituição de outra comissão processante.

OU AINDA: decido por: anular parcialmente os atos praticados pela comissão processante, a partir das folhas xxx, determinando à CPPAD que adote as providências cabíveis para o cumprimento da presente decisão.

Manaus 00 de 0000000 de 0000

.....
(nome e cargo da autoridade instauradora)

**MODELO
27**

PORTARIA DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



PORTARIA Nº 0000, de 00 de fefefefe de 0000

O (cargo da autoridade julgadora), no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 167, *caput*, c/c os artigos 127, inciso xxx, 128 e 141, todos da Lei nº 8.112/90;

CONSIDERANDO o julgamento constante do processo administrativo disciplinar nº 000000,

RESOLVE:

I - Aplicar a penalidade de (indicar a penalidade que for imposta) ao servidor xxxxxxxxxxxx (nome, cargo e matrícula), por ter infringido o disposto no (citar os dispositivos legais).

II - Encaminhe-se à CPPAD para as providências relativas à publicação do presente ato, bem como ao Departamento de Pessoal para consignar a sanção na folha funcional do servidor. Ao final, cientificar o servidor e arquivar.

.....
(nome e assinatura da autoridade julgadora)

**MODELO
28**

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO



**Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade/Instituto/Órgão Suplementar/Pró-Reitoria**



PORTARIA Nº 0000 , de 00 de 00000 de 0000.

O/a **diretor/pró-reitor/reitor da faculdade/instituto/pró-reitoria/órgão suplementar**, no uso da faculdade prevista no parágrafo único do artigo 145 da Lei Federal n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

CONSIDERANDO que, de acordo com o exposto pela **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância**, designado pela Portaria (**citar o número e a data da mesma**), publicada no Boletim Interno da Universidade Federal do Amazonas, não foi possível concluir os seus trabalhos no prazo legal, conforme razões invocadas no Memorando n.º **xxx**, de **00** de **0000000** de **0000**,

RESOLVE:

1. Prorrogar, por **30 (trinta) ou 60 (sessenta)** dias, a contar de **00/0000/0000**, o prazo para a conclusão dos trabalhos do **Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância**, a fim de dar continuidade à apuração dos fatos relacionados no Processo n.º **000000000/000**.

2. Publique-se.

.....
Autoridade Competente

Diante do exposto e de acordo com o disposto no art. 2º, § 5º, da Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, concluo o presente Termo Circunstanciado Administrativo e remeto os autos para julgamento a ser proferido pelo(a) _____	
_____.	
NOME	MATRÍCULA SIAPE
LOCAL / DATA	ASSINATURA

6. DECISÃO DO CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA

<input type="checkbox"/> ACOLHO a proposta elaborada ao final deste Termo Circunstanciado Administrativo. Encaminhem-se os presentes autos ao _____ para atendimento da recomendação feita.	
<input type="checkbox"/> REJEITO a proposta elaborada ao final deste Termo Circunstanciado Administrativo, conforme motivos expostos no despacho de fls. _____.	
NOME	MATRÍCULA SIAPE
LOCAL / DATA	ASSINATURA

Modelo aprovado pela Portaria CGU-CRG nº 513, de 05 de março de 2009.